

A miséria dos números: assim é se lhe parece*



A globalização da miséria tem começado a mobilizar nossa sociedade. Não me refiro aos recentes protestos na reunião do G8 na Itália, mas às imagens sobre a fome no país da TV Globo. Metas sociais constituem uma estratégia para atender esta crescente preocupação do nosso admirável mundo novo. Como disse Huxley, o fundamental não é aonde estamos mas para onde e como vamos.

Agora existe uma polêmica preliminar, até certo ponto desnecessária: quantos brasileiros não dispõem de renda suficiente para suprir no mercado suas necessidades calóricas básicas? O número da FGV é 50 milhões contra 22 milhões do Ipea. A fim de compararmos "laranjas com laranjas", elegemos índice de preços e data: o INPC em outubro de 1999. A FGV utilizou a população do Censo, qua-

se 10 milhões de pessoas a mais do que as estimativas do Ipea. De toda forma, a proporção de indigentes calculadas pela FGV é de 29,3% contra 14,5% do Ipea, ambas baseadas na Pnad do IBGE. A diferença residual pode ser decomposta em: i) linha de indigência básica. ii) diferenças regionais de custo de vida.

A linha da FGV, deriva de trabalho meu em co-autoria com Peter Lanjouw e meu colega de Valor, Chico Ferreira, era de 76 reais-mês por pessoa na capital paulista contra 57 reais do Ipea. Temos à pág. 32 de "A estabilidade (inaceitável): desigualdade e pobreza no Brasil", publicado pelo Ipea, um valor de linha citado idêntico ao que já havíamos encontrado. Fiquei confuso mas arrevelto que o valor correto seja o mencionado acima e essa coincidência decorra do Ipea ter em algum momento flertado com nossas metodologias e calorias diárias (2288).

O grosso das diferenças encontradas nas duas estimativas decorre dos deflatores regionais. Usamos preços variáveis e uma cesta fixa de bens, enquanto o Ipea usa linhas transversais "endogenamente construídas". A questão chave

aqui é até que ponto as estratégias de sobrevivência dos miseráveis devem influenciar as estimativas de custo de vida regionais. Neste ponto, não existe "regra correta". Toda literatura de bem-estar social é movida por preceitos éticos. O que é razoável depende de julgamentos de valor, os quais nós economistas não temos mandato para decidir.

Com a preocupação com a fome subindo de 7% a 17% no Ibope, PT e governo tornaram públicos propostas e feitos; nada como um debate franco

A busca de título para o presente artigo me levou a considerar: "as mulheres que fazem" em resposta à crítica intitulada "os homens que calculavam" da Dra. Wanda Engel. O altruísmo voltado às crianças é uma das faces mais marcantes das mulheres. Não é a toa que as recipientes do bolsa-escola são prioritariamente mulheres, ou ainda, que as primeiras damas coordenem progra-

mas sociais. As mulheres são o canal mais direto às crianças.

As crianças de famílias grandes e pobres tem baixa representatividade eleitoral, mesmo considerando altruísmo e voto de suas mães. A dificuldade maior no combate à pobreza é de natureza política. O mercado eleitoral não dá suporte às boas ações sociais. Numa perspectiva financeira e tecnológica, insisto: a nossa miséria é solucionável, mesmo com 50 milhões de indigentes. Esta é a vantagem comparativa básica conferida pela nossa vergonhosa distribuição de renda, agora a sociedade carece de um norte.

É verdade que o combate sustentável à pobreza é um fenômeno complexo. Entretanto, isso não esime governos de fixarem linhas de miséria oficiais, pelo contrário. Os EUA fixou a sua nos idos dos anos 60. É natural que a linha oficial seja produzida por um órgão oficial. A questão é maior do que nossas instituições, até porque a instituição imprescindível chama-se IBGE.

Este é o primeiro passo para a fixação de metas de redução de miséria. A concepção de metas proposta pela FGV, não

visa contar pobres mas fazer com que os mais pobres contem mais. O índice a ser perseguido deve visar o mais pobre dos pobres e não a mera redução de números de miseráveis. Caso contrário, haveriam incentivos espúrios para mirar no menos miserável dos miseráveis através de ações que o fizessem "pular localmente" a linha estipulada. A nossa proposta funciona como um ascensor social que parte da renda zero. Assim a prioridade da ações tomadas seria à prova do miserável número de miseráveis.

Marcelo Côrtes Neri Ph.D em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br

* No final dos 80s, dois brilhantes economistas escreveram "Assim é se lhe parece", homônimo da peça então encenada por outro brasileiro exemplar, Paulo Betti. O artigo explorava de maneira simples o cálculo de perdas salariais associadas aos sucessivos planos de estabilização da época. O resultado final dependia crucialmente do índice de preços e da data de referência escolhida.